

TERRITÓRIOS INOVADORES, SEUS AGENTES E PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

SUBSÍDIOS PARA PENSAR A GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO

Leandro Marcos Tessari

INTRODUÇÃO

As políticas implementadas no território são materializadas por diversos agentes que produzem o espaço e o (re)estruturam por meio de ações políticas, poderes e programas estratégicos, voltados à gestão do território. Essas ações estabelecem novos paradigmas de competitividade, embasados na inserção internacional e na capacidade de produzir um desenvolvimento endógeno, imprimindo novos usos do território.

Nos dias atuais, a produtividade está associada às bases de competitividade a partir da ciência e tecnologia e dos polos tecnológicos, no âmbito do desenvolvimento territorial, assumindo significativa relevância nos processos econômicos, além de propiciar mudanças na produção de bens materiais e imateriais. Tal situação possibilita a dinamização das estruturas organizacionais de produção e de acúmulo de riqueza, com base na aprendizagem e na inovação, com processos, no atual período da globalização, coletivos e interativos entre agentes do desenvolvimento, figurando-se no centro das transformações econômicas.

Pensar a produção dos territórios inovadores está além dos elementos econômicos e sociais meramente aparentes e tradicionais das ciências econômicas. Há novas modalidades de diferenciações e, mesmo que elas se apresentem como recursos heterogêneos e muito mais qualitativos do que quantitativos, devem ser consideradas, pois, pelo mesmo processo, podem explicar a produção e demonstrar os possíveis obstáculos aos territórios inovadores.

A inovação tem sua potencialização no atual processo de produção globalizada, ganhando dimensão estratégica, pois nesse aspecto desempenha a possibilidade de novas aprendizagens entre as inovações produzidas e o território, o qual possibilita duas condições ao processo de inovação: por um lado, o elemento que nutre os processos de aprendizagem e por outro, o que dá fluido à difusão do dinamismo do conhecimento. Atualmente, a inovação tecnológica torna-se fundamental para as novas formas de acumulação de capital, renovando-se constantemente e oferecendo outras possibilidades produtivas. Mas, deve-se salientar que a inovação, no contexto da dinâmica econômica, não se materializa com a mesma intensidade em todos os lugares, podendo ser excludente e visando a atender os interesses do mercado.

A fundamentação do desenvolvimento econômico de base territorial deve alicerçar-se em três pilares essenciais: aprendizagem, conhecimento e inovação, ocorrendo sinergias entre eles pelas relações de proximidade e de inter-relações. No entanto, a aprendizagem não se fundamenta meramente na ideia pura e simples do saber fazer, mas na construção de aprendizagens colaborativas entre os agentes e os elementos econômicos, institucionais e políticos que favorecem a fluidez dos processos de produção.

Nesse contexto, o objetivo dessa análise possibilitar estabelecer as linhas gerais de reflexão a respeito da formação e da consolidação dos territórios inovadores a partir das relações construídas entre os diversos segmentos institucionais e sociais, voltados à produção e à transmissão do conhecimento e da inovação, consolidando redes dinâmicas de aprendizagens técnico-científicas e informacionais. Convém destacar, que a presença dos recursos territoriais fixos e as redes de conexões locais e ou transterritoriais potencializam a produção e o aprimoramento do conhecimento e da inovação.

O procedimento metodológico utilizado está estruturando em uma fundamentação teórica, tendo como referência a construção de uma cadeia em periódicos, livros, anais de congressos e outras publicações científicas. Somando a esse aspecto deve-se destacar de um conjunto de pesquisas empíricas desenvolvidas no decorrer da trajetória acadêmica, compondo um conjunto reflexivo voltados

a pensar as relações que são processadas no contexto das articulações entre os territórios e as inovações, consolidando o território inovador, tendo como base a globalização e a sociedade da informação.

A importância das inovações, na perspectiva geográfica, foi abordada inicialmente pelo suéco Torsten Hängerstrand, no início de 1950. Seus estudos centraram-se na difusão das inovações a partir da “[...] análise do papel das distâncias e das estruturas geográficas na propagação da inovação ao longo do tempo”. (VALE, 2012, p.35).

No decorrer das décadas seguintes novos estudos¹ foram sendo produzidos podendo tratar na atualidade da existência de uma geografia das inovações. Essa abordagem já se faz presente em centros de estudos geográficos em países europeus, com destaque para Portugal e Espanha.

Na literatura nacional, os estudos que tratam da relevância do conhecimento e da inovação são recentes, limitados e se apresentam de maneira difusa nas diversas áreas do conhecimento. Esses estudos estão centrados, em especial nas ciências econômicas e na engenharia de produção, discutindo a importância das inovações nas estruturas de organizacionais de produção industrial e comercial. O mesmo ocorre na análise urbana, essa temática se apresenta como uma das inúmeras variáveis relevacionadas ao marketing urbano.

Na ciência geográfica brasileira, há uma quantidade limitada de pesquisas referentes à temática do conhecimento e da inovação. Nesta perspectiva as discussões e as publicações voltadas à construção da geografia da inovação no Brasil são muito recentes e pontuais. Entretanto, os estudos focados no conhecimento e na inovação, no contexto da economia da informação, são elementos chave para compreender as dinâmicas econômicas, sociais e institucionais, em especial nos estudos voltados as análises econômicas do desenvolvimento local de base territorial.

APRENDIZAGEM, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO: POSSIBILIDADES A GEOGRAFIA DA INOVAÇÃO

A aprendizagem coletiva deve se apresentar como uma das principais fontes para se compreender as novas dinâmicas que estão se consolidando para o fortalecimento do desenvolvimento territorial. A análise deve ser estabelecida pelas

¹ A esse respeito convém destacar a obra de GAITE (2001) que faz um revisão das principais tendência e autores dos estudos da inovação na perspectiva geográfica, bem como VALE (2009; 2012).

interações internas e externas, no âmbito do poder econômico, social e político, as quais impulsionam certos territórios a produzir um desenvolvimento diferencial na direção da inovação. Assim, compreende-se o porquê de certos territórios terem se tornados pontos desprovidos de inovação e tecnologia, dificultando suas inserções no contexto do globalizado.

O aprofundamento das análises, bem como o entendimento dos processos que favorecem ou dificultam o desenvolvimento territorial na lógica da globalização devem ser fundamentados em três aspectos que mantêm intensas relações: os sistemas produtivos, os agentes e os atores do desenvolvimento territorial e a inovação.

Os três aspectos que favorecem ou dificultam o desenvolvimento territorial já apontam uma análise diferenciada no processo de construção do desenvolvimento para cada território, pois há inúmeras formas de conexões, arranjos e (re) arranjos que podem ser estabelecidas entre si. Assim, as diversas contradições da história econômica e social local produzem diferentes e desiguais capacidades de desenvolvimento para os territórios, resultando em um processo seletivo de elementos que compõem a análise territorial.

O processo de inovação se insere a partir da produção do trabalho produtivo, tornando-se um recurso com novo valor de mercado na lógica do processo de produção capitalista globalizada. A produção da inovação, segundo a lógica da circulação entre as esferas de produção e consumo, produz esse trabalho produtivo que não se converteu em elemento relacional, mas se relativizou e se inseriu no mundo da mercadoria e na cadeia da produção.

Em linhas gerais, entende-se por inovação as modificações ou melhoramentos produzidos em produtos, bens ou serviços envolvendo também alterações e/ou atualizações em processos produtivos, marketing e na estrutura da organização. Segundo Lemos (2000), a inovação não deve ser entendida apenas como algo meramente novo no produto, no processo, no marketing e na organização, mas deve estar centrada no agente econômico que a implementou. Desta maneira,

considera-se inovação o processo pelo qual produtores dominam e implementam o projeto e produção de bens e serviços que são novos para os mesmos, a despeito de serem ou não novos para seus concorrentes - domésticos ou estrangeiros. (LEMOS, 2000, p.161).

A base conceitual da inovação deve ser nutrida pela capacidade de criar e incorporar conhecimentos técnicos, científicos, culturais para oferecer respostas criativas aos problemas do presente, resultando daí um fator essencial,

tanto para aprimorar a competitividade das empresas, como para favorecer o desenvolvimento dos territórios, não apenas em termos de crescimento econômico, mas em algo que verdadeiramente produza transformações sociais (ALBERTOS et.al., 2004).

O aspecto central da inovação consiste na difusão do conhecimento e da tecnologia. Assim, o processo de difusão requer com frequência mais do que a mera adoção de conhecimento e de tecnologia, pois as empresas adotantes aprendem e constroem novos conhecimentos e tecnologias (OCDE-FINEP, 2005).

De acordo com Santos (2009)

a inovação é entendida basicamente como um processo interativo de aprendizagem que está social e territorialmente incrustado e contextualizado cultural e institucionalmente. (SANTOS, 2009, p.292).

Após a década de 1970 com a evolução das diretrizes econômicas de base teóricas neoschumpeterianas², o entedimento e o aprimoramento conceitual da inovação parte de discussão sobre a atuação das empresas inovadoras, levando em consideração como a inovação estava inserida no arranjo interno da empresa, desde sua base operacional até a organizacional.

As inovações, conceituadas segundo as bases teóricas schumpeterianas, compreendem um processo de transformação por forças endógenas e descontínuas no contexto das bases produtivas do desenvolvimento. Essas transformações não produzem um sistema adaptativo, propiciando a criação de um sistema de inovação, com base na promoção do progresso e do desenvolvimento. Dessa forma, o processo de inovação é progressivo e acumulativo, acontecendo de maneira aleatória e atemporal, segundo as novas possibilidades de transformação de cada território em que se insere.

Nesse contexto, inovação consiste na produção de novos e melhores produtos e processos, novas formas organizacionais, aplicação da tecnologia existente em novos campos, descoberta de novos recursos e abertura de novos mercados com significativo potencial de crescimento (CONCEIÇÃO, 2000).

A necessidade de inovar é condição de existência para a instalação e permanência das empresas, dos mais diversos portes, no mercado de produção alta-

² As bases schumpeterianas decorrem das análises da concorrência, da inovações e da dinâmica de mercado desenvolvidas por Joseph Alois Shumpeter. Os estudos sobre os ciclos econômicos dão conta que para a economia sair de um estado de equilíbrio e entrar em um processo de expansão é o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altera consideravelmente as condições prévias do equilíbrio.

mente competitivo. Essa competitividade do mercado e a necessidade de produzir inovações dão lastro e, ao mesmo tempo, movimento as empresas, possibilitando maior fluxo de bens, capitais, serviços e, principalmente, de conhecimento.

Contraponto as reflexões de Carneiro (2003), que estabelece que a inovação não está relacionada a uma ação do intelecto, mas à vontade de um indivíduo. Essa análise perde sentido e torna-se pouco explicativa no atual período da economia do conhecimento³. Acredita-se que apenas a vontade do indivíduo não seja suficiente para produzir uma atividade inovativa, pois as articulações entre os diferentes níveis de conhecimento - tácito ou codificado - tornam-se uma condição *sine qua non*, levando em consideração que o próprio conhecimento pode ser compreendido como um recurso muito valorizado no contexto das estruturas inovativas e produtivas de empresas dos mais diversos portes, em especial a diretamente ligada ao setor da tecnologia, foco desta pesquisa.

Na atual dinâmica da economia global, o acelerado avanço técnico e tecnológico deve ser compreendido como sendo produto da atividade econômica. Dessa forma, a atuação da concorrência passa a ser entendida como produtora e potencializadora da inovação, pois as empresas inovam para defender sua atual posição competitiva, assim como para buscar novas vantagens no mercado. Assim, o processo contexto de renovação técnica e tecnológica se estabelece como força motriz para o desenvolvimento das economias capitalistas. (CORAZZA; FRACALANZA, 2004, p.128).

Assim, a concorrência é um processo evolutivo e dinâmico, gerado por fatores endógenos ao sistema econômico. A inovação é um processo de mudanças tecnológicas que envolvem transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e técnico-científicas, o que produz uma nova configuração do território produtivo, em destaque, o território inovador.

As inovações compreendem formas de adaptações estratégicas que se baseiam na premissa da mudança constante do meio organizacional em que as empresas estão inseridas. Assim, os recursos territoriais possibilitam a manutenção de um território inovador, produzindo um conjunto de inovação pleno. Antes mesmo da busca pela inovação nos produtos e serviços, as empresas se

³ Segundo a OCDE-FINEP (2005), a economia do conhecimento é uma expressão cunhada para descrever tendências em economias avançadas no sentido de maior dependência do conhecimento, informação e altos níveis de especialização, e a crescente necessidade de pronto acesso a esses fatores pelos setores privado e público. O conhecimento e a tecnologia tornaram-se cada vez mais complexos, aumentando a importância das interações entre empresas e outras organizações como uma forma de adquirir conhecimento especializado. (OCDE-FINEP, 2005,p.35).

consolidam em uma estrutura territorial inovativa, onde os recursos territoriais, bem como os agentes e instituições que produzem esse espaço estabelecem inovações de ordem organizacional planejada, com o objetivo de evitar ou prever os riscos que a própria inovação traz possibilitando a sobrevivência das empresas e toda uma estrutura produtiva territorial a médio e longo prazo.

Segundo Valladares et. al. (2012), o processo inovativo, no contexto das empresas, decorre a partir de três aspectos de inovação: a essência, a política e o contexto de mudança⁴. Nessa perspectiva esses três aspectos da inovação ao interagirem territorialmente, pode representar a síntese de um processo de produção diferenciada no que tange ao território inovador.

A análise do processo econômico focada nas teorias da economia, produz um entedimento limitado aos aspectos espaciais de base geográfica, em especial o território. Essa situação torna o território apenas uma base passiva, inserindo uma quantidade de inovação mais ou menos significativa, além de atribuir elementos sociais a uma condição marginal no processo de análise, destacando-se, entre outros, o capital social qualificado, os serviços de valor agregado, a infraestrutura e os recursos tecnológicos. Tal situação apenas contribuiu para fomentar um debate político e pouco acadêmico que se sustentava nessa perspectiva para criar políticas públicas de apoio a uma inovação tecnológica meramente qualitativa.

O avanço do conhecimento científico, buscando entender as interações inovativas que faziam certas empresas de base tecnológica se tornarem expoentes de desenvolvimento, não ficou contido apenas no âmbito interno das empresas, segundo lógicas operacionais e organizacionais, mas na análise do contexto exterior a elas. Essa interpretação da realidade decorre do movimento de atração de determinadas empresas para apenas alguns territórios, uma situação seletiva das empresas em determinados territórios, em detrimento de outros. Portanto, torna-se essencial compreender a concentração de empresas inovadoras em um número limitado de territórios, argumentando que a inovação em si mesma é, em grande medida, resultado da existência de um entorno territorial (social, econômico, cultural) com características peculiares.

⁴ A essência é relativa à natureza das escolhas e à adoção de novas técnicas ou tecnologias na produção, no produto e/ou no processo técnico administrativo; a política refere-se às atividades de caráter político, como negociações, fusões, aquisições, parcerias, assessoramento, conflito e resistência; e o contexto da mudança permite acontecimentos externos e internos, do presente e do passado, bem como expectativas e projeções para o futuro da organização (VALLADARES et. al., 2012).

O aprimoramento da análise da inovação, segundo uma base territorial, evidencia a importância de se compreender o ambiente em que se originam e operam as empresas inovadoras, não apenas com foco no aspecto interno às empresas, mas externos a elas, ou melhor, no contexto interno das relações que consolidam os territórios, favorecendo a criação de um meio inovador. Dessa forma, o território com base à criação de um meio inovador deve ser compreendido como produto, condição e meio das relações sociais produzidas e acumuladas por agentes que territorializam suas ações de produção historicamente. Essa lógica de constante movimento e fluidez dessas relações de produção garantem, dialéticamente, que estas relações continuem a ser reproduzidas.

O papel da ciência geográfica, em especial da geografia da inovação, deve buscar compreender as interações entre agentes e instituições voltadas à produção inovativa, tendo o território como papel central nessa discussão. Aliás, o território não deve ser apenas uma base material e física, onde os elementos são produzidos por forças de poder, mas a própria materialização do poder, na produção, da organização e da transformação territorial.

TERRITÓRIOS INOVADORES: AGENTES E PROCESSOS

Os mecanismos de reprodução capitalista se fazem presentes nas diversas escalas espaciais, produzindo todo um mecanismo estruturante da acumulação do capital. Entretanto, o aspecto analítico da temática do desenvolvimento territorial, no contexto do sistema de acumulação capitalista, produz uma outra possibilidade de compreensão desses mecanismos que articulam sua reprodução espacial, o aspecto cultural.

Nesse contexto, por natureza geográfica das relações socioespaciais, tendo como base a cultura⁵, como um recurso ao desenvolvimento, não se alinha esta análise às concepções econômicas de que o desenvolvimento territorial pode ser implantado igualmente nas diversas escalas espaciais. O território não deve ser tratado como o lócus puro e simples da produção e (re)produção das relações sociais e econômicas que são processadas exteriormente a esse espaço. O território deve ser compreendido como uma das condições do meio ao desenvolvimento, tornando-se peculiar a cada espaço geográfico, repleto de

⁵ A concepção da cultura como um recurso ao desenvolvimento deve ser compreendida como “reflexo, uma mediação e uma condição social [...] é considerada como um conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores, este conjunto, entretanto, é entendido como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classe” (CORRÊA;ROSENDAHL, 2003, p.13).

carga cultural, histórica, econômica e política capaz de criar também uma inovação. Dessa forma, os agentes sociais, econômicos, políticos e institucionais, embasados no aspecto da cultura, produzem o território inovador, carregado de dinamismo e aprendizagem.

Assim, o entendimento das relações entre a empresa e o território, na análise geográfica, deve estar pautado nas dinâmicas e nas aprendizagens produzidas no contexto dessa relação e não apenas concentrar os esforços nas estruturas funcionais e organizacionais das empresas. O resultado constante do processo dialético entre empresa e território propicia comportamentos múltiplos, acumulados no decorrer da história, influenciando tanto a estrutura e funcionamento das empresas quanto às dinâmicas territoriais construídas econômica, social e politicamente.

O aspecto da proximidade dos recursos favoráveis à aglomeração vem ganhando uma nova dimensão devido à criação de toda uma rede de cooperação técnica, científica e informacional, capaz de agregar elementos geograficamente distantes, mas próxima por uma lógica cultural. A lógica da simples proximidade física dos recursos não é capaz de explicar as relações que se processam no meio inovador na atual fase do capitalismo.

Para Vale (2012),

os espaços de conhecimento e de aprendizagem são definidos por agentes e por arquiteturas organizacionais em diferentes combinações e mobilizações espaciais, tais como comunidades de projeto, comunidades de prática, espaços corporativos/empresariais, redes globais etc. (VALE, 2012, p.85).

Nesse sentido, compreende-se que os agentes concretizam suas relações, com base no ambiente cultural da produção, por conexões que estão sendo consolidadas em diferentes escalas, produzindo novas aprendizagens territoriais, interligando elementos inter e intrarregionais por um interesse específico e comum, podendo ser de caráter efêmero ou duradouro e, mesmo estando distantes, concretizam suas relações no que tangem a produção da inovação. Enfim, a materialidade da inovação ocorre territorialmente, pois há a concretude do produto final em um meio inovador, que é a síntese dos elementos que foram agregados em condições diferenciais do ato de produção tradicional, com vistas aos territórios inovadores, beneficiando os processos e os agentes produtivos, segundo um novo contexto de mercado que atende aos interesses locais capitalistas.

(RE)PENSANDO O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DO MEIO AO TERRITÓRIO INOVADOR

O estudo referente ao meio inovador está embasado na perspectiva de uma organização empresarial com a finalidade de promover um avanço crescente do desenvolvimento econômico, a partir das vantagens competitivas construídas localmente e com as interações exteriores ao meio. Assim, ao avaliar o desenvolvimento, é possível perceber distorções que foram sendo produzidas sobre o entendimento desse termo, fundamentado apenas no crescimento econômico, com base em dados econômicos quantitativos, sem contemplar as possíveis diretrizes e estratégias políticas, sociais e territoriais capazes de impulsionar novos conteúdos e entendimentos a respeito do desenvolvimento.

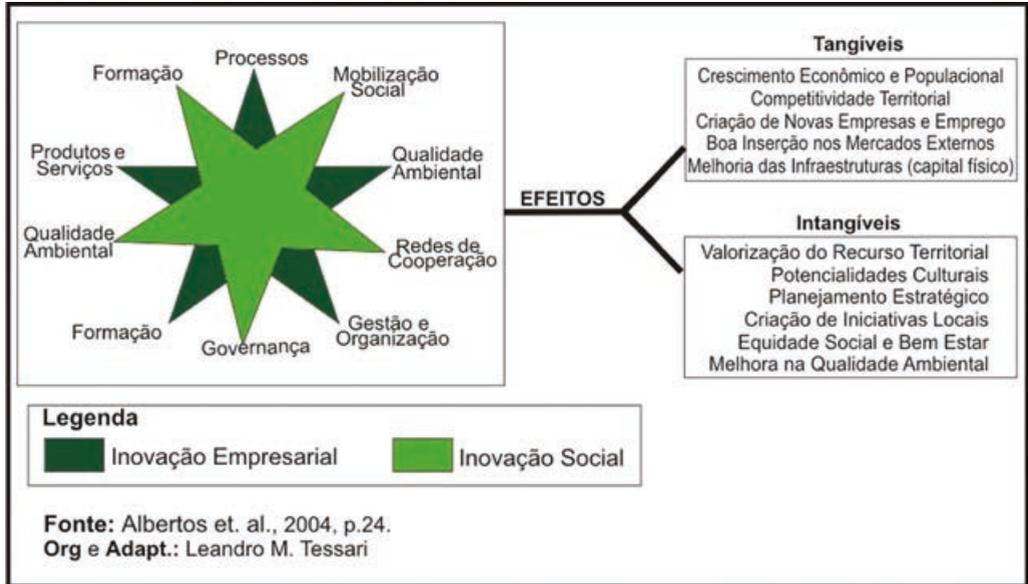
O desenvolvimento não deve ser compreendido apenas por uma composição de dados econômicos meramente quantitativos, mas também qualitativos, estruturados nos elementos social, ambiental, político, cultural e geográfico. Essas novas relações estabelecidas com o conceito de desenvolvimento possibilita entendê-lo como sendo menos abrangente e universal, ao mesmo tempo, um diferencial capaz de responder e produzir mudanças territoriais positivas, com reflexos cada vez maiores nos níveis de satisfação socioeconômicos das populações locais.

O desenvolvimento territorial, base dessa pesquisa, consiste em estabelecer um potencial endógeno dos territórios a partir das sinergias de conhecimentos territorializados historicamente, ainda que seja pela proximidade espacial, organizacional e cultural entre os atores econômicos, sociais, políticos, culturais e institucionais que produzem interconexões produtivas, comerciais, tecnológicas, culturais, podendo combinar, iniciativas externas para o aprimoramento do conhecimento e da aprendizagem das organizações, dos processos, dos agentes e dos territórios. (VÁSQUEZ BARQUERO, 1996,1999a, 2001).

Pensar o desenvolvimento territorial, nas bases do capitalismo globalizado, faz necessário aglutinar um novo elemento de base tecnológica, construído no seio da necessidade das transformações de um processo técnico-científico-informacional pós-século XX, a inovação. Nesse sentido, pensar a inovação isolada ou apenas no contexto das estruturas organizacionais e funcionais das empresas está fadado a um reducionismo pouco explicativo das novas modalidades de desenvolvimento territorial. Assim, nota-se que a interação entre a inovação e o desenvolvimento territorial, compondo não apenas uma junção de termos, tem propiciado uma nova modalidade de desenvolvimento com base no território

inovador, mobilizando uma série de elementos voltados à produção de efeitos significativos tangíveis e intangíveis, como destaca a figura 1.

Fig. 1 - Territórios Inovadores: características internas e principais efeitos



O território inovador não é produto de uma mera articulação do acaso dos elementos verificados na figura 01, mas produto de longas e profundas construções de inovações sociais e empresariais que se assentam sobre um determinado espaço e que são produzidas, entre outros aspectos, pela ação do trabalho coletivo, norteador por um forte laço cultural. Acrescenta-se ainda, a existência de redes locais de cooperação informacional, presença de instituições públicas com atitudes protagonistas de apoio à inovação e ao desenvolvimento, além da produção de um recurso social a partir da formação e da qualificação permanentes das forças produtivas.

Para Albertos et. al (2004),

um territorio innovador se define por la presencia de un sistema productivo vinculado a una o varias actividades, en el que buena parte de las empresas existentes realizan esfuerzos en el plano de la innovación tecnológica, incorporando mejoras en les diferentes procesos asociados a su cadena de valor y en los productos (biens materiales, servicios) que ofrecen. (ALBERTOS et.al., 2004, p.23-24)

As inovações voltadas à construção de um território inovador se traduzem na mobilização de novos recursos com efeitos tangíveis e ao mesmo tempo intangíveis, a partir de uma interação entre o ato de inovar e a eficiência coletiva,

ou seja, o meio empresarial produz inovações internas na lógica das empresas, visando à manutenção e ampliação de seu mercado. Ao mesmo tempo, por um processo diferencial e competitivo, há um estímulo territorial à criação de uma capacidade inovadora em qualquer que seja o tipo de atividade desenvolvida.

Vale destacar que o território inovador pode ser consolidando tanto em espaços rurais quanto urbanos⁶, e que, na maioria das vezes, a inovação empresarial não é acompanhada de uma inovação social, que se processa no mundo do trabalho, podendo produzir distorções às novas perspectivas de desenvolvimento e uma dissociação na competitividade econômica, frente a um conflito social e ambiental, produzindo uma condição deficiente dos recursos à mobilização de inovação.

O território inovador está carregado de uma construção da interação social e empresarial a fim de nortear o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, entende-se que a aprendizagem coletiva, produzida e reproduzida no espaço local cumpre um papel determinante, realizando, por meio das ações entre os agentes locais, as externalidades, os intercâmbios culturais e não comerciais, a mobilidade urbana, os meios materiais e imateriais, o produto de um processo, o território construído. (MAILLAT, 1995).

Em uma abordagem mais ampla a respeito do território inovador, suas bases de funcionamento são produtos de um conjunto dotado de recursos específicos⁷, regras de funcionamento, território, cultura e técnicas próprias, além de interdependências. Essas bases de funcionamento fundamentam-se a partir das relações sociais de produção, tendo os agentes locais, as universidades, o poder público, as redes de empresas, as infraestruturas, participação social que consolida novas relações de trabalho, segundo potencializando as forças produtivas com maior fluidez e produtividade em um menor tempo possível.

Para Alberto et. al. (2004) parte-se da ideia de uma proximidade física e espacial entre os atores, mobilizando o sentido de pertencimento a um mesmo local, uma mesma cultura com um elevado grau de confiança. Complementando,

⁶ Há necessidade de produzir novas investigações e entendimentos a respeito das perspectivas econômicas para a formação das inovações e de um território inovador que estão sendo processadas, por exemplo: na agricultura intensiva de exportação, na agroindústria, bem como no turismo.

⁷ Os recursos específicos são entendimentos como um conjunto de outros recursos ou potencialidades: sociais (valores, criatividade, cultura, instituições), naturais (sustentabilidade, patrimônio natural, vulnerabilidade), intelectuais (conhecimento tácito, aprendizagens coletivas, força de trabalho) e produtiva (tecnologia, maquinaria, investimentos, infraestruturas e equipamentos).

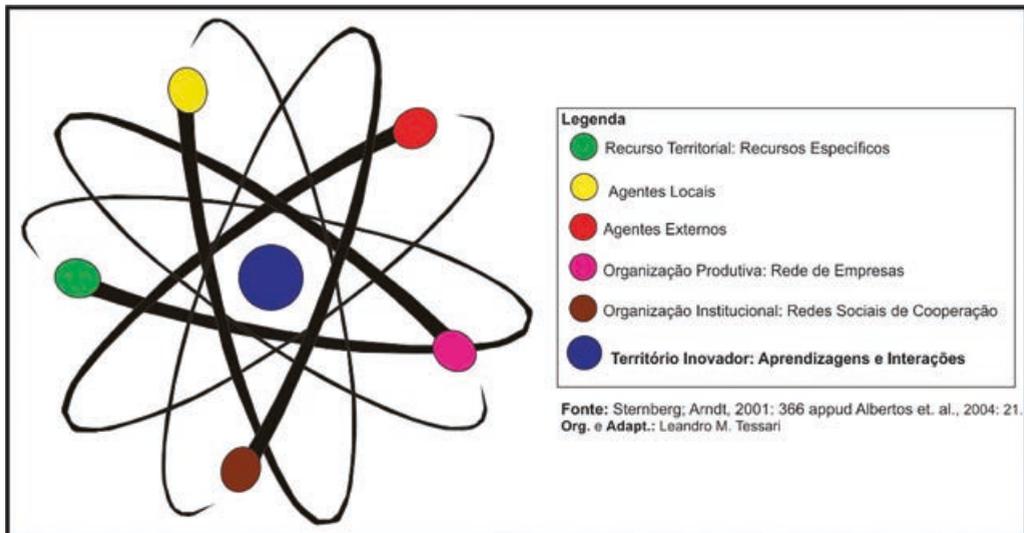
la proximidad geográfica no tiene efectos más que si se ve activada por una acción colectiva, pero, al mismo tiempo, aquella necesita, para salir adelante, la preexistencia de relaciones entre los actores y de solidariedades locales, así como de modos de gobernabilidad apropiados. (ALBERTOS et.al., 2004, p.23-24)

É notório que o aspecto da proximidade entre os agentes locais, voltados à reprodução das relações de produção e de capital, favorece uma intensa interação de aprendizagens na formação do território inovador. O aspecto da proximidade entendida por Albertos et. al. (2004) se insere no contexto da materialidade física e geográfica, o que no contexto desta pesquisa entende-se como uma análise imprecisa e pouco explicativa para a realidade produtiva na contemporaneidade. Entretanto, não se está descartando que a proximidade geográfica entre os agentes não possui importância no processo das relações de produção e de capital, pois a materialidade da produção ocorre territorialmente, está sim, adotando a noção de que uma outra proximidade é possível. A proximidade cultural à produção da inovação.

Essa forma cultural de compreender o aspecto da proximidade mantém a agregação dos elementos das relações de produção e de capital entre os agentes que se fazem presentes localmente, mas podem estabelecer conexões com outros agentes externos e que, mesmo não estando próximos geograficamente, estão próximos segundo os interesses culturais voltados à produção da inovação.

Nesse sentido, a figura 2 contribui para destacar que a construção do território inovador se dá pela combinação de processos de interações e aprendizagens coletivas, associada à presença de um recurso territorial na forma certos ativos específicos, juntamente com os agentes locais e também externos capazes de produzir relações de produção e de capital, a partir das organizações produtivas e institucionais, voltados aos interesses culturais para responder às necessidade do desenvolvimento com base na inovação (MAILLAT, 2002).

Fig. 2 - Potencialidades à consolidação do território inovador



As potencialidades (recurso territorial, atores locais e externos, organização produtiva e organização institucional) que contribuem para constituir um território, um meio inovador formam uma organização produtiva territorial “ideal” que permite às redes de empresas, dos mais diversos portes, se inserirem no contexto global a partir de uma base local e de processos endógenos de desenvolvimento. Além do mais, essas potencialidades, quando capazes de inovar, podem evoluir em função das mudanças, influenciando seu meio institucional, técnico e de mercado. Por outro lado, essa situação é segregacionista, pois nem todas as regiões dispõem de conjuntos territoriais de produção animados pelos meios inovadores.

As análises que fundamentam a produção de um território inovador, com vista à inovação socioeconômica, devem abarcar o entendimento inicial sobre os recursos disponíveis no território. Tais recursos, enraizados territorialmente, vêm suportando, com o processo de globalização, uma capacidade de mobilização sem precedentes, ganhando fluidez pelo desenvolvimento das telecomunicações e pelas tecnologias da informação.

A capacidade da inovação, visando à produção do território inovador, deve estar inserida na lógica dos recursos fixos existentes sobre um determinado território, como, por exemplo: capital, matérias-primas, força de trabalho, etc. e que se encontram em constante conexão e mobilização local. No entanto, para a produção da inovação na contemporaneidade, deve-se compreender, que os recursos fixos territorialmente não são capazes sozinhos de mobilizar

um território inovador, pois o seu reconhecimento como base para a inovação deve estar interligado a um conjunto de outros recursos existentes, bem como as redes de conexões locais, regionais e globais que atuam sobre o território, potencializando a produção e o aprimoramento da inovação.

A produção da inovação, quanto ao território inovador, na lógica do modo de produção capitalista, tem como ponto de partida os recursos materiais (fixos) no território que são produzidos a partir das contradições das classes sociais que produzem e controlam os recursos reconhecidos socialmente. Essas contradições, que estão em constante movimento criam, a todo instante, novas necessidades, capazes de produzir mudanças tanto no contexto das relações sociais quanto no território, produzindo a inovação.

A análise que tange à produção da inovação e do território inovador deve ser compreendida no contexto das transformações históricas pelas quais o próprio modo de produção capitalista passou e continua passando. Dessa forma, o modo de produção capitalista até os anos de 1970, possibilitava a produção da inovação e do território inovador segundo as contradições sociais produzidas localmente; mas na sua atual fase, estando a globalização, em pleno processo de interdependência da produção, da acumulação e do mundo, por lógicas informacionais fluídas, essas contradições sociais passam a ser produzidas localmente e externamente ao território. Para tanto, quanto mais fluído⁸ for o território, devido à intensidade de redes neles produzidas, local e externamente, pelas contradições sociais mais vantagens serão produzidas no contexto competitivo da globalização.

Conforme VALE (2012),

a globalização das redes de produção implica na adoção de uma perspectiva distinta entre sobre a proximidade geográfica na geração de conhecimento e aprendizagem coletiva. As empresas procuram progressivamente combinar conhecimento interno do meio local com conhecimento externo de sistemas distantes. Estas novas dinâmicas territoriais de conhecimento territoriais [...] **produzem** [grifo nosso] processos de transformação das economias locais, regionais no âmbito da economia do conhecimento global. (VALE, 2012, p. 86).

Na atualidade, deve-se compreender que a inovação se apresenta a partir de duas realidades distintas. A primeira estimula a produção de uma inovação

⁸ A noção de território fluído deve-se à quantidade de conexões informacionais que estão sendo ancoradas e/ou produzidas local ou externamente ao território, tendo como referência os aspectos da inovação e do conhecimento. Essa fluidez pode ser verificada pelos “canais de comunicação (*pepilines*) com o exterior para drenar informação e aceder a conhecimentos não disponíveis no nível local” (VALE, 2012, p.83).

padronizada, homogeneizada, transpassando as fronteiras nacionais e regionais com uma intensidade capaz de invalidar as contradições sociais, carregadas de uma cultura estabelecida, historicamente, no contexto local, além de apenas extrair e explorar os recursos; o território é apenas o receptáculo da inovação produzida ou melhor reproduzida, o que neste caso entende-se apenas como uma mera modernização e não propriamente uma inovação. Já a segunda realidade, entendimento compartilhado por esta análise, pelo mesmo processo, na qual se compartilha a produção de um território inovador, perpassa pela intensa mobilização dos recursos locais, contradições sociais, culturalmente estabelecidas no local, e externalidades; sendo capaz de produzir um território inovador diferenciado, valorizado pelas diversas composições de recursos (natural, social, intelectual e produtivo) e suas sinergias sociais e institucionais, produto das diversas contradições sociais que estão interligadas ao mundo e não apenas e somente pelos recursos fixos.

A construção de um processo inovativo no período de globalização ultrapassa os recursos tradicionais, com vista à produção simplista de um desenvolvimento territorializado, mas passa a abarcar diferentes e exclusivos recursos pertinentes a cada espaço.

Conforme Albertos et. Al. (2004) há uma tipologia a respeito dos recursos presentes nos territórios. Segundo os autores, os recursos podem ser classificados em recursos genéricos e recursos específicos à produção de uma dinâmica e de uma aprendizagem inovativa.

O processo de produção desses recursos específicos seguem lógicas sociais exclusivas, criando uma identidade de desenvolvimento e de inovação única. A presença de forças exteriores à inovação possibilita, na mesma medida, a produção de um conjunto de seleção das vantagens e desvantagens competitivas globais que podem ser territorializadas no contexto dos territórios inovadores. Assim, o diferencial decorre do poder da própria sociedade, criadora e articuladora do recursos específicos, como a cultura, as instituições, o conhecimento intelectual, o recurso humano, a infraestrutura, que têm transformado os territórios inovadores em diferenciais do desenvolvimento na contemporaneidade.

Pensar a produção dos territórios inovadores está além dos elementos econômicos e sociais meramente aparentes e tradicionais das ciências econômicas. Há novas modalidades de diferenciações, mesmo que se apresentem como recursos heterogêneos e muito mais qualitativos do que quantitativos devem ser considerados, pois, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, podem explicar a produção e demonstrar os possíveis obstáculos aos territórios inovadores.

Vale salientar que a produção dos territórios inovadores não segue o modelo tradicional de um geografia industrial locacional, baseada apenas, e por muitos utilizada nos países de industrialização atrasada, nos polos de crescimento⁹, tendo a indústria motriz, em alguns casos, um sistema estadocentrista de desenvolvimento, segundo um modelo de produção fordista e taylorista.

A passagem dos princípios de produção fordista e taylorista para uma economia do conhecimento vai gradativamente se estruturando nos setores de produção, principalmente nos países de industrialização dependente, como o caso do Brasil, cuja lógica dessa transformação vem se processando no final da década de 1990. Para Santos (2009, p.290), há “uma ruptura de paradigma: de economia industrial para uma economia do conhecimento/aprendizagem; de territórios industrializados para territórios do conhecimento/aprendizagem”.

A inovação dá-se pela valorização dos recursos específicos (sociais, naturais, intelectuais e produtivos) em sua essência, como um diferencial dos territórios. Os recursos genéricos, pela própria tipificação, não são capazes de responder sozinhos às novas exigências do desenvolvimento econômico atual. Contudo, o intenso avanço tecnológico produz uma aprendizagem inovativa, balizada por um forte marco social e cultural, permitindo a fluidez e o fortalecimento do capital territorial¹⁰, com vista aos territórios inovadores. Assim,

o território deixa de ser um espaço valorizado apenas pelos seus aspectos quantitativos, deixando de ser visto como uma plataforma física (onde assentam os recursos e infraestruturas materiais), para passar a assumir um caráter de espaço vivido onde os aspectos qualitativos, imateriais e intangíveis, de densidade das redes relacionais e profundidade das relações de conhecimento/aprendizagem assumem um papel central e conferem espessura ao território. O contexto cultural e institucional assume maior relevância e a aparente linearidade dos processos de inovação dá lugar a uma perspectiva complexa, assente numa rede interactiva de relações de aprendizagem onde as organizações, internas e externas, fomentam a troca de conhecimento numa espiral constante de aprendizagem. (SANTOS, 2009, p. 293-294).

Reforçando a análise do capital territorial como um diferencial dos territórios inovadores, tem-se a compreensão de um conjunto integrado capaz de mobilizar vantagens competitivas que se assentam sobre um conjunto de dife-

⁹ PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

¹⁰ O capital como um fator de produção que representa o potencial de produção, ou seja, o poder ou a capacidade de algo ser transformado em um bem ou serviço, consistindo em um elemento produzido que pode aumentar o poder de uma pessoa para executar um trabalho economicamente útil. Assim, o capital territorial torna-se um componente dos recursos específicos (Benko; Pecqueur, 2001).

rentes tipos de recursos (social, natural, intelectual e produtivo) que, ao serem identificados em um território, produzem vantagens significativas, ou melhor, competitivas.

TERRITORIOS INOVADORES E A SINGULARIDADE DA CULTURA

A força da cultura local deve ser compreendida como uma possibilidade à criação de uma base de desenvolvimento territorial. A condição da cultura como um recurso do desenvolvimento pode ser compreendida a partir das ações que cada população produz frente aos avanços e inovações tecnológicas, bem como estabelecendo intensos paralelos com os seus hábitos, costumes, crenças, conhecimentos, valores culturais e habilidades. As relações culturais produzidas territorialmente garantem uma estruturação social plena que possibilita o desenvolvimento econômico e a criação de um diferencial inovativo.

A cultura local contribui para garantir a unidade e a consolidação de um laço de identidade entre os indivíduos, cujos valores compartilhados em comunidade possibilitam a materialidade e o funcionamento de uma rede de cooperação social, capaz de mobilizar empresas, negócios, oportunidades e confiança mútua entre os integrantes da rede, o que por sua vez pode resultar em um importante meio de circulação de informação.

Os processos de interação entre as diferentes parcelas da sociedade e as instituições, potencializados pelos laços culturais presentes em cada território, constituem um importante mecanismo que se estabelece em um processo de inovação e desenvolvimento econômico. Contudo, devem-se avaliar alguns elementos dominantes em cada cultura específica que, ao mesmo tempo em que contribuem para um avanço nas inovações e no desenvolvimento econômico, procuram afastar qualquer força de mudança inovativa local.

Mais do que um recurso cultural, o recurso social produz uma criatividade inovadora que faz os espaços produtivos locais se reforçarem e realimentarem o próprio êxito produzido internamente. Esse recurso social amplia a capacidade inovativa dos territórios, norteando a produção de uma gama significativa de serviços e bens que passam a atender as novas demandas locais e até mesmo regionais (CASTELLS, 2001).

A cultura, na sua condição de recurso, possibilita a consolidação da arquitetura do conhecimento direcionada às novas aprendizagens que vão sendo intelectualizadas. O conhecimento, recurso intelectual, produz aprendizagens e tem uma característica específica: uma fonte inesgotável de possibilidades de

diferentes produtividades. Para tanto o conhecimento não é um fenômeno exógeno do sistema produtivo, pelo contrário é o elemento que dá lastro à produção de interações sociais, econômicas e produtivas. A escassez desse capital pode limitar ou até mesmo banir qualquer possibilidade de atividades inovativas no cenário globalizante atual.

A materialização do conhecimento como um recurso intelectual, ocorre através da produção técnico-científica das universidades e institutos de alta tecnologia que deme manter laços de cooperação com as empresas, em especial empresas incubadas, garantindo a transferência de conhecimento, voltado à produção das inovações. De acordo com Vale (2012),

a produção e a transferência de conhecimento permitem aos agentes econômicos, especialmente às empresas, sustentar dinâmicas de inovação. As universidades são agentes particularmente relevantes na geração do conhecimento, sobretudo nos setores baseados na investigação científica. A articulação entre esses atores é considerada decisiva para o crescimento econômico e desenvolvimento regional. (VALE, 2012, p. 16).

Nessa lógica, identifica-se uma tipificação do conhecimento podendo ser compreendido como codificado ou tácito, mas ambos se tornam singulares em cada contexto local da produção, fruto de uma aprendizagem coletiva que permite compartilhar recursos e riscos, potencializados pelo recurso social e institucional próprio de cada território (ALBERTOS et.al., 2004).

A criação de condições de troca, de partilha entre seres humanos, principalmente entre as redes de cooperação, pode acarretar a desterritorialização do conhecimento codificado, que deixa de ser um fenômeno endógeno de desenvolvimento para se tornar um fenômeno exógeno para outros territórios. As contradições sociais que produziram esse conhecimento são distintas ou adversas, podendo se tornar um limitador do desenvolvimento, não considerando, na maioria das vezes, as reais necessidades locais de cada território.

Nesse contexto, complementa-se concordando com Santos (2009) que

[...] a distinção bipolar do conhecimento tácito e explícito (codificado – grifo nosso), eles são complementares e inter-penetrantes, uma vez que para decodificar e produzir o conhecimento explícito recorreremos ao tácito e todo o conhecimento tácito contém algum explícito. Essas duas formas de conhecimento são complementares, não se substituindo uma à outra. [...]. Apesar de separáveis teoricamente, na realidade eles são contínuos, complementares e interação. (SANTOS, 2009, p.298).

O recurso natural deve ser compreendido como um elemento que deve estar em constante equilíbrio, buscando reduzir riscos frente à vulnerabilidade da população, pois se não levar em conta os potenciais riscos naturais presentes no

território, que podem afetar a comunidade, produz a inviabilidade do desenvolvimento territorial. (ALBERTOS et. al., 2004.).

Complementando, a sustentabilidade ambiental deve se encarada como algo a ser construído e almejado por todos os envolvidos no processo de produção do desenvolvimento territorial inovador. Essa sustentabilidade ambiental deve ser construída no cerne da crise socioambiental para assim iniciar a promoção do acesso aos recursos naturais de forma qualitativa, quantitativa e justa. A elaboração e adoção de objetivos deve buscar associar os preceitos de sustentabilidade ambiental e a necessidade de se produzir um desenvolvimento justo, que ofereça as condições de dignidade humana e acesso a bens e serviços a todos.

Por fim, o recurso produtivo agrega, indiretamente, uma capacidade de interação com os outros tipos de recursos que são mobilizados, tais como o natural, o intelectual e o cultural, recursos que produzem uma capacidade de articulação significativa e que facilitam a unidade e a capacidade de uma aprendizagem única aos territórios inovadores. O território inovador está em constante renovação em sua base tecnológica empregada e em seu recurso produtivo, potencializando sua posição no cenário produtivo como um todo. Para que essa renovação aconteça deve-se empregar o uso de novos equipamentos para a produção de uma capacidade inovativa que esteja também relacionada às novas formas de financiamento, sem perder as especificidades locais.

A mobilização plena e constante do recurso produtivo encontra-se intimamente ligada às novas capacidades dos recursos locais, pois, no contexto da fluidez do capital internacional, pode-se correr o risco de se perder toda uma particularidade local a favor de um investimento de caráter exógeno.

As reformulações do recurso produtivo partem da capacidade de produção do conhecimento que se articula, no território inovador, a partir de um entrelaçamento institucional constituído por universidades, institutos tecnológicos, empresas de serviços avançados, existindo, dessa maneira, uma estreita relação técnica que poderá estar direcionada à população local¹¹.

Verifica-se que há a necessidade de mobilizar toda uma cadeia de investimento com agentes que busquem constantemente os recursos, possibilitando que ocorra no território inovador condições à produção de toda uma rede de infraestrutura, de equipamentos e serviços. Essa mobilização evita o aniquilamento das capacidades inovativas anteriormente produzidas, assim como a contribuição

¹¹ A esse respeito é válido destacar, que a população local deve participar da consolidação do território inovador, pois em cada lugar há uma mistura de valores, hábitos, cotumes enfim, cultura que possibilita, entre outros aspectos, a singularidade desses territórios.

para a manutenção ambiental e as condições de acumulação do recursos intelectual e social através do fornecimento dos serviços públicos.

Portanto, considera-se que o território inovador deve possuir um conjunto de elementos muito próximos entre si, mas não se pode negar que, as externalidades, o entorno territorial é um espaço aberto às mudanças e à própria renovação, tendo em vista os processos e os agentes que se consolidam nesse espaço, podem potencializar ou não o desenvolvimento territorial. Mais do que um aspecto de proximidade deve-se constituir uma rede de vínculos entre as empresas, instituições, associações, agentes e demais segmentos que possuem uma ação proativa atuando direta ou indiretamente no funcionamento do conjunto produtivo que estimule a cooperação, a aprendizagem coletiva e a inovação.

A interatividade entre os meios da produção e da circulação dos bens e serviços é resultado dos grandes avanços tecnológicos construídos e aprimorados através dos tempos. Essa situação ganha uma significativa importância, segundo as novas formas de produção na lógica do capitalismo financeiro e competitivo. A necessidade constante de inovar consubstancia a permanência nos mercados, criando, assim, elos entre diversos segmentos técnico-científicos que dinamizam as lógicas de produção no âmbito local. O papel das inovações para o desenvolvimento territorial se impõe como um quesito básico para o desempenho competitivo de toda e qualquer forma de produzir, resultando em uma condição essencial para a produção, visando à fluidez de novos e constantes avanços produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inovação deve ser compreendida, de forma estratégica, como sendo uma criação da eficiência coletiva e interativa de aprendizagens e de conhecimentos, principalmente no atual processo de produção globalizada. Sendo a inovação e o conhecimento progressivos e acumulativos, verifica-se uma possibilidade de novas aprendizagens e transformações no território, que produz duas condições ao processo de inovação: por um lado, o elemento que nutre os processos de aprendizagem e por outro, o que dá fluidez à difusão do conhecimento, segundo à quantidade de conexões informacionais que estão sendo ancoradas e/ou produzidas local ou externamente ao território.

A consolidação dos territórios inovadores indica a superação da realidade econômica clássica, baseada apenas na proximidade física dos recursos e potencialidades produtivas. A proximidade que se estabelece aos territórios inovadores deve compreender à produção de toda uma rede de cooperação técnico-cien-

tífico-informacional, capaz de agregar elementos geograficamente distantes, mas próximos por uma lógica produtiva de conhecimentos e aprendizagens produtivas. Assim, a simples proximidade física dos recursos não é capaz de explicar sozinha as relações que se processam no meio inovador na atual fase do capitalismo.

Os agentes sociais, econômicos, políticos e institucionais, embasados no aspecto da cultura, potencializam os recursos territoriais locais e produzem um território inovador carregado de dinamismo e de aprendizagens coletivas. Nesse sentido, entende-se que os agentes locais concretizam suas relações, com base no ambiente cultural da produção, a partir de canais de informação que integram diversas redes que estão sendo consolidadas em diferentes escalas, produzindo novas aprendizagens territoriais, interligando elementos inter e intrarregionais por um interesse específico e comum, podendo ser de caráter efêmero e duradouro e, mesmo estando distantes, concretizam suas relações que no tange a produção da inovação. A materialidade da inovação em seus produtos e processos produtivos ocorre territorialmente, sendo a síntese dos recursos e potencialidades que foram agregados em condições diferenciais no ato de produção tradicional, com vistas a formação do território inovador.

O território inovador desde a sua consolidação deve contribuir para a transformação e para a produção de vantagens competitivas aos agentes sociais e institucionais, garantindo assim, uma permanente especialização do conhecimento e da inovação. Entretanto, o desafio está centrado no estabelecimento de uma política pública de desenvolvimento territorial capaz de mobilizar os recursos territoriais endógenos e exógenos, resultando em um diferencial local da produção econômica, das interações e sinergias sociais, institucionais e culturais.

REFERÊNCIAS

ALBERTOS, J. M. et. al. Desarrollo territorial y procesos de innovación socioeconómica en sistemas productivos locales. In: ALONSO, J. L. S.; AMADOR, L. J. A.; BENKO, Georges.; PECQUEUR, Bernard. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001

CARNEIRO, Ricardo. **Os clássicos da economia**. São Paulo: Ática, v.02, 2003.

CASTELLS, Manuel. **La Galaxia Internet**. Reflexiones sobre internet, empresa y sociedad. Barcelona: Plaza y Janés Editores, 2001.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.21, n.02, p. 58-76, 2000.

CORAZZA, Rosana I.; FRACALANZA, Paulo S. Caminhos do pensamento neo-schumpeteriano: para além das analogias biológicas. **Nova Economia**, v.14, n.02, p.127-155, mai/ago 2004.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 08-18.

GAITE, María Jesús M. La difusión de innovaciones desde una perspectiva geográfica: principales tendencias. *Estudios Geográficos*. Madri: Instituto de Economía, Geografía e Demografía (IEGD). 2001. Disponível em: <estudios-geograficos.revistas.csic.es>. Acesso em: 12 jul. 2012.

LE MOS, Cristina.. Inovação na era do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**. Brasília: Ed. Parque Cidade Corporate. n.08, p.157-179, 2000.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.3, n.4, p.9-16, mar. 2002.

_____. Milieüx innovateurs et nouvelles generations de politiques regionales. In: **Políticas de Inovação e desenvolvimento regional e local**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997. p. 13-30.

_____. Les milieüx innovateurs. **Sciences Humaines**, n.08, p. 41-42, 1995.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE); FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP). **Manual de Oslo**: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovações. 3.ed. Brasília: FINEP, 2005.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

SANTOS, Hélder F. da C. Em busca do território perdido: conhecimento, aprendizagem e inovação. **Cadernos Curso de Doutorado em Geografia**, Porto, n.01, p. 287-329, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006. 384p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

VALE, Mario. Conhecimento, inovação e território. **Finisterra**, Lisboa, v. 44, n.88, p. 09-22, 2009.

_____. **Conhecimento, Inovação e Território**. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

VALLADARES, Paulo. S. D. de A.; SERIO, Luiz C. di; VASCONCELLOS, Marcos A. de. Capacidade de Inovação: Revisão Sistemática da Literatura. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 36, Rio de Janeiro, 22-26 set. 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012, p. 01-16.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

_____. 1996. Desarrollos Recientes de la Política Regional. La Experiencia Europea. **Revista Eure**, v.22, n.65, p. 101-116, 1996.

_____. Desarrollo, redes e innovación. Madrid: Pirámide, 1999a.